



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Processo nº: **117374/24**
Entidade: **MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**
Interessado: **MARIA EDNA DE ANDRADE**
Assunto: **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**
Instrução nº: **6011/24 - CGM**

1. RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas da prefeita municipal de PRADO FERREIRA referente ao exercício de 2023.

Nos termos da Instrução n.º 3506/24 - CGM (peça 14) esta unidade opinou pela **regularidade** da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais no ano de 2023.

Também foi destacada a incidência do Vetor 1 do Anexo II da Instrução Normativa nº 172/22 na parte destinada à avaliação da atuação governamental, na área de Assistência Social, conforme Tabela 32 daquela Instrução.

Por meio do Despacho n.º 1001/24 – GCIZL (peça 15) foi assinalado prazo para apresentação de defesa por parte da interessada, sendo esta juntada à peça 25.

É o breve relato.

2. ANÁLISE

Considerando o teor do contraditório apresentado, esta Coordenadoria efetuou a análise dos itens questionados conforme a tabela abaixo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Item de Verificação	Questão Auxiliar	Análise da CGM	Opinativo
01. Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)	O Plano Municipal de Assistência Social estabelece metas para estruturação do financiamento da política pública?	O PMAS atende o ponto	Favorável
01. Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)	O Plano Municipal de Assistência Social estabelece metas para estruturação dos benefícios e transferências de renda?	O PMAS atende o ponto	Favorável
01. Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)	O Plano Municipal de Assistência Social estabelece metas para a estruturação do controle social no âmbito da política pública?	O PMAS atende o ponto	Favorável
01. Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)	O Plano Municipal de Assistência Social estabelece metas para estruturação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais?	O PMAS atende o ponto	Favorável
01. Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)	O Plano Municipal de Assistência Social vigente está disponível no site oficial do Município?	Apesar de disponível neste momento, não é possível esta unidade aferir agora se o PMAS já estava disponível no exercício de 2023.	Contrário
02. Monitoramento do PMAS	O Município dispõe de instância formal designada para a realização do monitoramento e avaliação das ações e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)?	A Lei Municipal nº 236, de 14 de setembro de 2010 traz dispositivos sobre o tema	Favorável



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

07. Busca Ativa	A equipe de referência do CRAS realiza regularmente ações de busca ativa de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para inserção em serviços da Proteção Social Básica?	Não foi possível atestar em sede de contraditório o cumprimento	Contrário
07. Busca Ativa	A equipe de referência do CRAS realiza regularmente ações de busca ativa das famílias inscritas no Cadastro único com dados desatualizados há mais de dois anos, para atualização cadastral?	Não foi possível atestar em sede de contraditório o cumprimento	Contrário
09. Articulação da Rede Socioassistencial	A equipe de referência do CRAS tem conhecimento sobre e segue as orientações contidas em protocolo municipal (ou outro documento oficial) para articulação do CRAS com o CREAS municipal ou, na ausência deste, com a equipe técnica de referência da Proteção Social Especial do Município	Não foi possível atestar em sede de contraditório o cumprimento	Contrário
10. Articulação intersetorial	A equipe de referência do CRAS possui representante(s) na rede de proteção social do Município?	Não foi possível atestar em sede de contraditório o cumprimento	Contrário
13. Oficinas com famílias no PAIF	As oficinas com famílias ofertadas pelo CRAS são conduzidas por profissionais de nível superior pertencentes à equipe de referência do CRAS?	Não foi possível atestar em sede de contraditório o cumprimento	Contrário
14. Ações comunitárias no PAIF	O planejamento das ações comunitárias a serem realizadas no ano de 2023 envolveu a participação de servidores de outras políticas setoriais (no mínimo, da saúde e da educação)?	Não foi possível atestar em sede de contraditório o cumprimento	Contrário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

IV 17. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	O Município dispõe de algum estudo ou levantamento que indique a demanda de grupos, por faixa etária, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?	Não foi possível atestar em sede de contraditório o cumprimento	Contrário
--	---	---	-----------

Ressaltamos que os questionários são os mesmos para todos os Municípios, razão pela qual o tamanho do Município e outras particularidades a eles inerentes fogem ao escopo da análise objetiva efetuada, especialmente considerando que a parte de avaliação da atuação governamental da prestação de contas do prefeito não é objeto de juízo de valor por parte desta unidade, ante o teor do art. 20, §1º da IN nº 172/22¹, sendo a pontuação calculada de forma objetiva e sistemática a partir dos dados encaminhados pelos interlocutores municipais.

Caso autorizada a alteração da resposta extemporaneamente neste momento, a nova pontuação obtida pelo Município seria a seguinte (considerando como atendidos os quesitos com opinativo favorável da tabela acima):

PRADO FERREIRA

[Assistência Social](#)

Resultados oficiais:

Área	Pontuação em 2022	Pontuação em 2023	Variação	Vetor
Assistência Social	3,29	2,64	-19,76%	1

Resultados após ajustes:

Área	Pontuação em 2022	Pontuação em 2023 ajustada	Variação ajustada	Vetor ajustado
Assistência Social	3,29	3,06	-7,10%	1

¹ IN 172/22

Art. 20. A avaliação da implementação de políticas públicas consistirá em análise objetiva e sistemática das políticas implementadas pelo Município, nos termos do caput do art. 217-A do Regimento Interno, realizada a partir dos dados encaminhados na forma do inciso II do art. 5º.

§ 1º **Não haverá juízo de valor da unidade técnica sobre a regularidade ou irregularidade das contas com fundamento na avaliação tratada neste artigo.** (grifei)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal

Ou seja, permaneceria incidindo o vetor 1 do Anexo do Anexo II da Instrução Normativa nº 172/22.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, em sendo acatada a alteração nas respostas nesse momento, considerando uma nova pontuação obtida na área de Assistência Social, solicita esta unidade técnica que, após a emissão do Parecer Prévio, os autos retornem à CGM para registro em sistema de eventual nova nota.

Encaminhem-se os autos ao Conselheiro Relator, nos termos do art. 26, §4º da IN nº 172/2022².

CGM, 29 de novembro de 2024.

Ato emitido por

Documento assinado digitalmente

VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES

Auditor de Controle Externo

Matrícula n.º 52.176-0

Ato revisado por

Documento assinado digitalmente

EDUARDO SCHNORR

Gerente

Matrícula n.º 51.701-1

Ato encaminhado por

Documento assinado digitalmente

LEVI RODRIGUES VAZ

Coordenador

Matrícula 51.620-1

² Art. 26. (...)

§ 4º Após a manifestação referida no § 3º deste artigo os autos serão encaminhados ao Relator.